

7 de maio, 2020

SALSA Denuncia a Posição Radical da FUNAI no Brasil

A Sociedade para a Antropologia das Terras Baixas de América do Sul, uma organização acadêmica internacional composta por profissionais e estudantes, se une na denúncia enfática e na oposição às políticas propostas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que pretende permitir a invasão ou venda das terras de uma terça parte das Terras Indígenas no Brasil. A Norma Institucional 9/2020, proposta em 22 de abril de 2020, dá luz verde a invasores, madeireiros, garimpeiros e grileiros que buscam ocupar territórios indígenas antes de sua homologação, a penúltima fase do processo de demarcação de uma Terra Indígena. Atualmente, há no Brasil 237 Terras Indígenas que estão aguardando demarcação tendo passado já por processos longos, complexos e intensos, e que estão estancados aguardando homologação. É exatamente neste ponto que a norma proposta pretende dar cobertura legal para a invasão, divisão, e venda de terras indígenas aguardando demarcação. Durante sua campanha para a presidência, Jair Bolsonaro, agora eleito, prometeu não demarcar “nenhum milímetro mais” de terras para os cerca de 305 povos indígenas no Brasil, que contabilizam mais de um milhão de cidadãos brasileiros. A norma #9/2020 vai além de simplesmente parar o reconhecimento de terras indígenas, o que seria já, em si, uma violação da Constituição e de diversos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, tal como a Convenção 169 da OIT. Essa proposta colocam povos indígenas que aguardam a demarcação de suas terras frente a uma nova onda de invasões, uma possibilidade especialmente preocupante dada a pandemia global do COVID-19. A ameaça é potencialmente muito maior, tendo em vista normas jurídicas e processuais que visam rever Terras Indígenas já demarcadas via uma interpretação da Constituição de 1988 que se baseia no conceito do “Marco Temporal.” Comunidades Indígenas próximas a fronteiras agrícolas e de mineração talvez se vejam obrigadas a assistir seu território que permitem seus meios de vida se desintegrando em lotes, negociações e vendas, com o incentivo da FUNAI.

SALSA denuncia ainda, em termos os mais enfáticos possíveis, a nota oficial da FUNAI (intitulada “Os Fatos,” de 4 de maio de 2020), que demoniza advogados e antropólogos que vêm trabalhando por décadas junto a povos indígenas no Brasil nos processos de demarcação de terras. Esta nota é hiperbólica, rotulando os governos dos últimos anos como “socialistas” e alegando, falsamente, que as ações de ONGs na Amazônia seriam parte de conspirações internacionais que colocariam em risco a soberania brasileira. De fato, desde sua fundação em 1967, cabe à FUNAI indicar e acompanhar o trabalho de antropólogos e outros especialistas que

compõem Grupos de Trabalho que estabelecem em diálogo com os indígenas em questão a extensão e o formato de suas Terras a serem demarcadas. O discurso, com viés político claro, demanda refutação, mas nem por isso deixa de ser revelador: o Presidente da FUNAI Marcelo Augusto Xavier da Silva, que foi nomeado por Bolsonaro, parece pronto a literalmente vender a missão principal dessa instituição, que é de proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Está claro que, apesar dos apelos indevidos a um aspecto que seria democrático das novas políticas baseadas no “etnodesenvolvimento,” a direção da FUNAI tem atuado para abrir à venda os territórios dos povos indígenas do Brasil sem seu consentimento. Nós condenamos essas políticas, lamentamos sua linguagem manipulativa, e convidamos todos os defensores dos direitos humanos a se posicionar em solidariedade aos povos indígenas brasileiros.



Dr. Carlos D. Londoño Sulkin
Presidente da SALSA



Dr. Jeremy M. Campbell
Diretor, Comitê de Assuntos e Ações Públicas

A Sociedade para a Antropologia das Terra Baixas de América do Sul (SALSA) é uma associação profissional internacional de antropólogos especializada em regiões de planície da América do Sul. Os principais objetivos da SALSA são promover pesquisa ética e sólida sobre os povos e ambientes da América do Sul e promover a educação dos estudantes e do público em geral nas questões que estudamos. Para a organização, o bem-estar dos povos vulneráveis das terras baixas da América do Sul é uma preocupação central. Como antropólog@s e especialistas regionais, insistimos na precisão da pesquisa científica, na integridade da interpretação e na defesa contra o uso indevido de escritos acadêmicos. Apoiamos líderes indígenas, organizações e colegas estudiosos que focam a atenção pública nas realidades da vida dos povos indígenas da América do Sul e de outras partes do mundo, nas suas lutas para garantir os direitos e recursos necessários para sobreviver e prosperar como cidadãos indígenas do século XXI.